

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 4.597, DE 2009.

Acrescenta o § 4º ao art. 281 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, dispondo sobre o impedimento dos Ministros do Supremo Tribunal Federal para causas por eles decididas enquanto integrantes do Tribunal Superior Eleitoral.

**Autor:** Deputado DR. UBIALI

**Relator:** Deputado ESPERIDIÃO AMIM

### VOTO EM SEPARADO

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei ora em análise acrescenta dispositivo ao Código Eleitoral para estabelecer que, ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, é defeso exercer as suas funções em processo que conheceu enquanto integrante do Tribunal Superior Eleitoral, tendo-lhe proferido decisão de qualquer natureza.

Como bem salientado pelo nobre relator da matéria - deputado Esperidião Amim – em seu voto: *"... não se pode esperar total isenção no ânimo do juiz que profere nova decisão em matéria sobre a qual já exerceu a jurisdição."*. E conclui, dizendo: *"... Não é sem razão, que a maioria das decisões do TSE é mantida pelo STF."*, vindo corroborar, dessa forma, com os argumentos postos pelo Autor em sua justificativa.

Distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, exclusivamente, a proposição encontra-se sob o regime de prioridade, a qual será submetida à apreciação do plenário desta Casa.

É o relatório.

## II – VOTO

À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete examinar os aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação, nos termos do art. 32, inciso IV, 'a', do RICD.

*In casu*, conforme despacho exarado pela presidência, a distribuição da matéria limitou-se apenas à CCJC, incumbindo-lhe, ademais, analisar o mérito da proposta, conforme o disposto no art. 53, III, do mesmo instrumento normativo acima citado, justamente por se tratar de tema relativo a direito constitucional, eleitoral e processual (art. 32, IV, 'e', RICD).

Pois bem, não há de se negar tratar de relevante tema - **O IMPEDIMENTO DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM CAUSAS POR ELES DECIDIDAS ENQUANTO INTEGRANTES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL** - assunto este que exige, agora, toda a atenção dos nobres pares membros desse colegiado, por sua especificidade.

Não obstante o respeitável voto do relator da matéria, suas razões não merecem prosperar, JAMAIS, à base da fundamentação posta em seu parecer, bem como na sua Complementação de Voto, em que pede a rejeição da matéria por suposta inconstitucionalidade formal.

### ➤ A CONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI Nº 4.597, DE 2009.

Destaque-se, inicialmente, que em nenhum momento o autor do projeto em tela afrontou qualquer dispositivo da Constituição Federal, quando da propositura da matéria em debate, ao revés.

Ora, trata-se de uma questão eminentemente **PROCESSUAL E PROCEDIMENTAL**, não havendo o que se falar em iniciativa privativa do Poder Judiciário, como interpretou, equivocada e contraditoriamente, o nobre relator, em seu respeitoso voto, senão vejamos:

*“... no âmbito infraconstitucional, só haveria uma maneira de salvar a idéia do autor, qual seja, por meio de projeto de lei ordinária alterando o inciso III, do art. 134 do CPC, a fim de ampliar o impedimento dos juízes.  
... a alteração consistiria, assim, em reputar por impedido o juiz que tivesse atuado anteriormente no feito, em qualquer outro grau de jurisdição. Porém,*

*esta generalização iria muito além da pretensão do Autor, alcançando todas as atividades jurisdicionais...*

Deveras, Excelências, esta generalização iria muito além da pretensão do Autor da proposta! E, ao que nos parece, o nobre relator ainda não compreendeu qual o real objetivo da proposição em análise, ao hesitar, em sua Complementação de Voto (apresentada após iniciada a discussão da matéria), dizendo que:

*“... se a pretensão é que as decisões do TSE sejam modificadas pelo STF, altere-se, por meio de Emenda Constitucional, único instrumento possível, a composição do Tribunal.”* (Grifamos)

Alterar a composição do Tribunal Superior Eleitoral no sentido de que sejam excluídos os ministros do Supremo Tribunal Federal não nos parece apropriado, muito menos razoável; mas sim, completamente impertinente!

Ora, REPISA-SE, trata-se de Projeto de Lei em que se pretende estabelecer que, ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, é defeso exercer as suas funções em processo que conheceu enquanto integrante do Tribunal Superior Eleitoral, tendo-lhe proferido decisão de qualquer natureza.

Trata-se, tão somente, do **IMPEDIMENTO** dos Ministros do STF em causas por eles decididas enquanto integrantes do TSE, ou seja, de matéria eminentemente **PROCESSUAL E PROCEDIMENTAL**, de caráter objetivo e absoluto, não havendo o que se falar, ademais, em ofensa à estrutura dos Tribunais estabelecida pela Constituição, como defendido na Complementação de Voto do relator.

Sem dúvidas, a especificidade da matéria exige, irrepreensivelmente, que o dispositivo seja acrescentado ao Código Eleitoral, mormente ao art. 281, o qual encontra-se inserido no **CAPÍTULO IV** do referido diploma legal, que trata **DOS RECURSOS NO TRIBUNAL SUPERIOR**, senão percebam:

*“Art. 281 São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior, salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrário à Constituição Federal e as denegatórias de “habeas corpus” ou mandado de segurança, das quais caberá recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal, interposto no*

*prazo de 3 (três) dias.*

*§1º Juntada a petição nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes, os autos serão conclusos ao presidente do Tribunal, que, no mesmo prazo, proferirá despacho fundamentado, admitindo ou não o recurso.*

*§2º Admitido o recurso será aberta vista dos autos ao recorrido para que, dentro de 3 (três) dias, apresente suas razões.*

*§3º Findo esse prazo os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal.”*

Neste contexto, nada mais acertado do que inserir o §4º ao art. 281 da Lei 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), como pretende o Autor do projeto.

De mais a mais, cumpre-nos esclarecer que os diplomas legais aventados pelo relator para justificar a suposta inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 4.597/09, **não guardam qualquer pertinência com o tema versado, não se configurando como “impróprio” o instrumento utilizado, muito menos a sua iniciativa**, a saber:

**1. Constituição Federal:**

- Artigo 93, *caput*. Prevê que lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
- Artigo 119, trata da composição do Tribunal Superior Eleitoral.

**2. Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN** (LC nº 35, de 1979). Cuida dos direitos, deveres e competências dos juízes;

**3. Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal – RISTF**, art. 16, *caput*. Determina que os Ministros tem as prerrogativas, garantias e incompatibilidades inerentes ao exercício da magistratura.

**4. Código de Processo Civil – CPC** (Lei nº 5.869, de 1973), arts. 134 e 135. Tratam dos impedimentos e suspeição dos juízes, genericamente.

**➤ O MÉRITO**

Na época em que discutiam os impedimentos dos juizes em causas por ele decididas em instâncias inferiores, o debate acerca dos impedimentos no âmbito do Congresso Nacional tinha, entre outros méritos, o de demonstrar

como variavam os conceitos e o discurso construído ao seu redor, bem como a maneira como eram interpretados e aplicados, de acordo com os interesses daqueles que pretendiam usar.

Entretanto, a forma usada por cada uma das partes envolvidas na discussão para transformar sua visão - sua "interpretação" - em norma jurídica, de acordo com seus interesses, consistia em identificá-los, no que possível, com o interesse da sociedade como um todo, **como assim restou**.

Sem dúvida, os argumentos trazidos pelo relator sobre a nova regra do impedimento não podem servir de pretexto para que o estado deixe de exercer, no melhor interesse social, sua função disciplinadora, reguladora e fiscalizadora, é certo.

Conceitos, como armas, podem ser usados de maneiras diversas e, tanto uns como outros, voltam-se, frequentemente, contra aqueles que os empunham. O uso adequado de determinados conceitos representa, aí sim, uma pré-condição essencial para a aplicação correta de determinados dispositivos.

E como registrado, repita-se, em nenhum momento foi invadida a competência do Poder Judiciário, muito menos abalou-se a composição dos Tribunais e nem mesmo houve qualquer ofensa ao duplo grau de jurisdição, como defendeu o relator em seu Parecer e na sua Complementação de Voto.

Ao revés, o que não nos parece oportuno, nesse momento, é o relator da matéria entressachar-se nesta justa e meritória iniciativa, ao ponto de que ela não seja aproveitada, como merece, sob aquele argumento posto em seu respeitoso voto.

### **III – CONCLUSÕES**

Portanto, o projeto de lei em exame observa os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa parlamentar, nada havendo a obstaculizar o prosseguimento da matéria no que concerne à sua constitucionalidade formal e/ou material.

No que se refere à juridicidade, entendemos que projeto não diverge de princípios jurídicos que possam obstar sua aprovação por esta Comissão, restando, ao contrário, inserido no ordenamento jurídico positivo pátrio.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Derradeiramente, por todo exposto, manifesto meu voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e redacional do Projeto de Lei nº 4.597, de 2009, e no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em        de        de 2012.

Deputado **LUIZ NOÉ**  
PSB/RS